

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DEPUTADO ALDO REBELO
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

REP. n.º 57/05

O **Partido dos Trabalhadores - PT**, por seu Presidente Nacional, com base no disposto no artigo 55, § 3º da Constituição Federal, artigo 244 do Regimento Interno e artigo 14 do Código de Ética, vem à presença de Vossa Excelência requerer a instauração do procedimento disciplinar previsto no Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados em face do Sr. Onyx Dornelles Lorenzoni (PFL/RS), pelas razões a seguir expostas:

1. O ora Representado, com alarde, divulgou expediente que encaminhou ao Presidente da CPMI dos Correios imputando ao Deputado José Dirceu ato que caracterizou como crime de responsabilidade, de falsidade ideológica e improbidade administrativa, uma vez que não encontrou registro de suposto empréstimo de que teria se valido de seu Partido na declaração anual de bens e rendimentos;
2. Para tanto, em seu desvario, faz ilações e interpretações da legislação eleitoral, fiscal, penal e administrativa;
3. As informações em comento foram obtidas na CPMI dos Correios, da qual o Representado participa na condição de membro indicado por sua

uy

Bancada. Cabia portanto ao parlamentar obter as informações necessárias ao desempenho de sua função investigativa, valendo-se de todos os meios lícitos disponíveis;

4. No entanto, ao desempenhar a prerrogativa inerente à atividade parlamentar, o ora Representado abusou, incidindo na hipótese do § 1º do artigo 55 da Constituição Federal;
5. Isso porque fez chegar à imprensa, de forma absolutamente precipitada e irresponsável, distorção que não resiste a mais singela verificação;
6. Ocorre que aquilo que o Representado nomina de “empréstimo”, nada mais é que pagamento de despesas efetivadas no exercício de atividade partidária, que, por incluir valores reembolsáveis, obtiveram a contraprestação devida, conforme esclarece a Nota à Imprensa a que se viu obrigado a fazer o acusado (cópia inclusa);
7. Questões atinentes à legislação eleitoral e partidária, cuja interpretação equivocada do Representado atribui ao Partido Representante conduta irregular que absolutamente não procede, também são objeto de esclarecimentos na Nota inclusa, tornando desnecessário exame mais detido;
8. Dispõe o Código de Ética em seu artigo 3º que constitui dever fundamental do parlamentar zelar pelo prestígio, aprimoramento e valorização das instituições democráticas e representativas e pelas prerrogativas do Poder Legislativo, exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular, agindo com boa-fé, zelo e probidade, bem como tratar com respeito e independência os colegas, as autoridades, os servidores da Casa e os cidadãos com os quais mantenha contato no exercício da atividade parlamentar, não prescindindo de igual tratamento;
9. Também dispõe, o citado diploma, que constituem procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com a perda do

27

mandato, abusar das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros do Congresso Nacional (Constituição Federal, art. 55, § 1º);

10. A gravidade do presente caso ganha relevo na medida em que o Representado fez uso de documentos sigilosos entregues à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o que pode comprometer a investigação em andamento, desacreditando-a e tornando-a ilegal, pois os dados sigilosos que lhe são transferidos permanecem com essa natureza:

“A QUESTÃO DA DIVULGAÇÃO DOS DADOS RESERVADOS E O DEVER DE PRESERVAÇÃO DOS REGISTROS SIGILOSOS.

- A Comissão Parlamentar de Inquérito, embora disponha, ex propria auctoritate, de competência para ter acesso a dados reservados, não pode, agindo arbitrariamente, conferir indevida publicidade a registros sobre os quais incide a cláusula de reserva derivada do sigilo bancário, do sigilo fiscal e do sigilo telefônico. Com a transmissão das informações pertinentes aos dados reservados, transmite-se à Comissão Parlamentar de Inquérito - enquanto depositária desses elementos informativos -, a nota de confidencialidade relativa aos registros sigilosos. Constitui conduta altamente censurável - com todas as conseqüências jurídicas (inclusive aquelas de ordem penal) que dela possam resultar - a transgressão, por qualquer membro de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, do dever jurídico de respeitar e de preservar o sigilo concernente aos dados a ela transmitidos. Havendo justa causa - e achando-se configurada a necessidade de revelar os dados sigilosos, seja no relatório final dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (como razão justificadora da adoção de medidas a serem implementadas pelo Poder Público), seja para efeito das comunicações destinadas ao Ministério Público ou a outros órgãos do Poder Público, para os fins a que se refere o art. 58, § 3º, da Constituição, seja, ainda, por razões imperiosas ditadas pelo interesse social - a divulgação do segredo, precisamente porque legitimada pelos fins que a motivaram, não configurará situação de

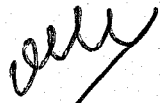
7

ilicitude, muito embora traduza providência revestida de absoluto grau de excepcionalidade”.

(MS 23.452, RTJ 173/805, Rel. Min. Celso de Mello, Pleno) – grifo nosso

11. Evidentemente, está configurado ato atentatório ao decoro parlamentar, à medida que perpetrada ofensa moral gravíssima, mediante imputação de ato criminoso, àquele que nenhuma irregularidade cometeu;
12. Configurado igualmente procedimento incompatível, à medida que a referida ofensa se deu sob atividade parlamentar, supostamente ao abrigo das prerrogativas a ela inerentes, mediante abuso injustificável;
13. Esclareça-se que a conduta prevista no artigo 5º, VI do Código de Ética, cuja pena é a **suspensão de prerrogativas regimentais**, foi, à toda evidência, agravada e ultrapassada sua tipificação, à medida em que, mediante odioso ardid, divulgou-se informação e documento para constranger e imputar conduta vedada a adversário, distorcendo fatos e legislação aplicável;
14. Pelo exposto é a presente para requerer as providências cabíveis à cominação da pena de **PERDA DE MANDATO** ao Sr. Onyx Lorenzoni;
15. Requer-se:
 - a) Observância dos procedimentos previstos no artigo 14, § 4º do Código de Ética;
 - b) Recebimento das inclusas matérias jornalísticas e Nota à Imprensa divulgada pelo mandato do Deputado José Dirceu.

Brasília, de outubro de 2005.


PARTIDO DOS TRABALHADORES
DT - Presidência
Rua Silveira Martins, 132
01079-000 - São Paulo - SP